

4. ARTIGO DE PIERRE LEVY

A ESFERA PÚBLICA DO SÉCULO XXI. PIERRE LÉVY⁴⁵

A mídia digital

A mídia digital do século XXI é caracterizada por uma possibilidade de expressão pública, de interconexão sem fronteiras e de acesso à informação sem precedente na história humana. Esta mídia vem substituindo, absorvendo o antigo sistema das mídias estruturado pela edição em papel, o cinema, os jornais, o rádio e a televisão. Logo no princípio dos anos 2000, parecia-me que o crescimento da mídia digital resultaria em uma transformação radical da esfera pública que teria profundas e duradouras consequências políticas.⁴⁶ Já em 1999, um coletivo de ativistas organizava-se online de forma flexível e descentralizada para protestar contra a OMC e o FMI em Seattle. Ainda melhor, graças à ferramenta tecno-social Indymedia,⁴⁷ eles relatavam as suas ações em tempo real e numa escala mundial sem passar pelas mídias unidirecionais tradicionais. Usando plenamente os novos canais de comunicação, a campanha vitoriosa de Obama em 2008 mostrou em que mídia se ganhava doravante a opinião pública. Wikileaks e seus similares tornaram-se grandes atores no mundo do jogo político e diplomático. As revoltas árabes de 2010-2011 foram organizadas online via Facebook e Twitter e os seus atores tinham todos em mão um smartphone que gravava e transmitia os eventos em que participavam em tempo real. Isolado em minha cabana no Canadá, eu leio diariamente os títulos de dezenas de jornais e blogs do mundo inteiro, e a cada dia, recebo centenas de tweets que me informam dos meus temas de interesses favoritos.

Antes de discutir as consequências da eclosão da nova esfera pública para o pensamento político, que é o objeto principal deste artigo, eu gostaria de mencionar brevemente suas determinantes técnicas e demográficas. Em nível tecnológico, trato como consolidada a existência de computadores pessoais, da Internet, da Web e de motores de busca, que datam do século passado. No século XXI, após o estouro da "bolha" do ano 2000, a mídia digital foi sucessivamente enriquecida com Wikipedia e Wikis (2001), com a blogosfera e sua florescência de expressões pessoais e temáticas (a partir de 2002), com Delicious e outros instrumentos de bookmarking social (2003), Facebook e Flickr (2004), YouTube (2005), Twitter (em 2006) e uma multidão de outras mídias sociais. Durante o mesmo período, os acessos portáteis e sem fio à mídia digital se multiplicaram. A computação "em nuvem" se generalizou: hardware, dados e softwares de aplicação usados pelos internautas são localizados remotamente em enormes centros de dados. Finalmente, os canais virtuais das APIs⁴⁸ interligaram os bancos de dados e plataformas heterogêneas na web. Enquanto isso, num plano demográfico, a taxa de conexão nos países ricos agora tende a ultrapassar 80% da população e a nova classe média dos países emergentes corre para a rede. Em 2011, 65% dos internautas não são nem europeus nem norte-americanos. A população conectada em casa em todo o planeta ultrapassou os dois bilhões com um crescimento de cerca de 500% desde o início do século.⁴⁹

45- Titular da cátedra Pesquisa do Canada da Universidade de Ottawa, membro da Royal Society of Canada.

46- Ver o meu livro *Cyberdemocracia (Cyberdémocratie)*, publicado pela Odile Jacob em 2002. Eu relato aqui duas análises relevantes desta mutação da esfera pública: *Multidões inteligentes*, de Howard Rheingold, ed. M21 (ed. originale: *Smart Mobs*, Basic Books, 2002) e *Poder da Comunicação* de Manuel Castells (Oxford University Press, 2009).

47- <http://www.indymedia.org>

48- Interface de Programação de Aplicativos (Application programming interfaces). Ver : <http://pt.wikipedia.org/wiki/API> e em francês: <http://www.internetactu.net/2011/06/21/comprendre-facebook-33-internet-des-api-le-web-des-applications/>

49- Fonte: <http://www.internetworldstats.com>



A nova liberdade de expressão, de escuta e de associação

A mídia digital estende ou democratiza a liberdade de expressão, por pelo menos três razões: econômica, técnica e institucional. Econômica, porque pode-se publicar textos, imagens, softwares, músicas e dados em geral destinados a uma audiência potencialmente planetária a custo zero ou muito muito baixo. Técnica, depois, porque o uso das ferramentas digitais de comunicação praticamente não requer mais habilidades de programação ou formatação HTML. Institucional, finalmente, pois a publicação não passa mais pela revisão dos conselhos editoriais, redatores, produtores, e demais diretores de canais que controlavam as velhas mídias. O resultado disso é uma perda gradual do monopólio dos mediadores tradicionais de informação e cultura, o que obviamente não significa o fim imediato de sua influência!

Não menos importante que esta expansão da liberdade de expressão é a liberdade de ouvir. O cidadão tem agora os meios - com um pouco de esforço- de selecionar de maneira precisa suas fontes de informação, a partir de um leque de ofertas de incrível variedade, e isso a partir de praticamente todas as partes do mundo, escapa às censuras impostas pelas ditaduras. Essa seletividade pode muito bem estar a serviço de uma exploração da diversidade de pontos de vista, como de uma concentração exclusiva da atenção. Além disso, a disponibilidade online de enciclopédias, dossiês temáticos, sites científicos e arquivos permite a contextualização das notícias e o acréscimo de uma dimensão intelectual para a notícia instantânea. O internauta doravante tem acesso a todos os serviços de agências de notícias, bem como à expressão direta dos atores e comentaristas da notícia, o que deixa poucos privilégios objetivos aos jornalistas tradicionais.

Não são apenas as distinções entre imprensa, rádio e TV que estão desvanecendo (devido à natureza "multimídia" da mídia digital), mas os sites das mídias clássicas estão se mesclando e se interconectando gradualmente à blogosfera e às mídias sociais para participar do ecossistema digital. Os aplicativos (os famosos apps) para smartphones e tablets, as redistribuições pelos múltiplos canais interpessoais de Facebook e Twitter, os metadados (tags, hashtags, curtir, etc.) adicionados pelos internautas nas informações recebidas, todos esses fenômenos contribuem para construir uma mídia ubíqua, hypercomplexa e fractal que cada um, quer queira quer não, ajuda a esculpir, guiar e usar de seu próprio jeito.

Como a mídia digital é um ecossistema, estamos agora obrigados a saber distinguir entre os conceitos de fonte e de mídia. No cenário das mídias unidirecionais, os dois conceitos eram quase equivalentes: um jornal ou emissora de televisão representavam, ao mesmo tempo, um canal de comunicação e uma fonte de informação. Isto obviamente não é mais verdadeiro para a mídia digital em geral ou para as diversas mídias sociais. Por exemplo, "o Twitter não é uma fonte confiável de informação" não é uma afirmação que tem muito sentido. Na verdade, a graça da comunicação pelo Twitter é justamente se conectar a fontes confiáveis e interessantes (para si) e filtrar as fontes redundantes ou enganosas para fora do seu fluxo de notícias. Nem o Twitter (ou qualquer outra mídia social pessoal) nem a mídia digital, em geral, são fontes. Estes são os canais através dos quais podemos nos conectar com as fontes de nossa escolha. As fontes, no entanto, são indivíduos ou instituições (políticas, científicas, agências de notícias, coletivos publicando blogs opinativos, etc.) em quais os usuários são chamados a depositar, ou não, a sua confiança... e que podem se expressar por um grande número de canais.

Condicionado pela mídia digital, o espaço público do século XXI é caracterizado, portanto, não só por uma maior liberdade de expressão, mas também por uma nova oportunidade de escolher as fontes de informação, assim como por uma nova liberdade de associação no seio de comunidades, grafos de relações pessoais ou conversas criativas que florescem na Rede.

A alfabetização para a inteligência coletiva

A participação ativa e responsável na esfera pública do século XXI é mais complexa e requer competências mais refinadas do que a participação à antiga esfera pública moldada pelas mídias unidirecionais. Assim como a leitura de jornais e de livros pressupunha uma alfabetização da população, devemos agora considerar a alfabetização para a inteligência coletiva na mídia digital. Claro, a coisa pode parecer muito difícil. Mas o que os escribas da era faraônica do Egito teriam pensado se fossem informados: "haverá, no futuro, um estado da civilização e do desenvolvimento humano no qual 85% da população de um país saberá ler e escrever." Eles provavelmente teriam considerado isso impossível! No entanto, a experiência histórica prova que a habilidade de leitura e escrita não é necessariamente restrita a uma casta de especialistas. Então, por analogia, podemos (e mesmo, devemos) imaginar um estado da cultura no qual as capacidades de estabelecer prioridades, selecionar fontes, filtrar a informação de acordo com sua qualidade, categorizar e classificar os dados, sintetizar e colocar em perspectiva as informações brutas e interagir de maneira civilizada não serão mais os privilégios de uma elite, mas a prática normal, diária, dos participantes das conversas criativas do novo espaço público. Falo de uma alfabetização da inteligência coletiva, porque cada ato de classificação ou avaliação, cada emissão de informação, cada retransmissão de dados, cada registro em uma memória pessoal (que agora está contida em "nuvens" coletivas), cada envio de links de um site para outro, tudo isso contribui para informar e transformar a memória coletiva. Os participantes da nova esfera pública não são apenas autores, eles também são potenciais editores, bibliotecários, curadores e críticos. Por meio de cada uma de suas ações online, eles contribuem para a orientação dos outros participantes. "A estigmurgia é um método de comunicação indireta em um ambiente emergente auto-organizado, onde os indivíduos se comunicam uns com os outros mudando seu ambiente." (Wikipedia). O cidadão do século XXI deve aprender a praticar uma comunicação estigmúrgica multidimensional e responsável. Ele deverá fazer-se explicitamente perguntas como: "Em que interseções de conversas criativas eu deveria estar ativamente envolvido para entender o mundo ao meu redor, para aumentar o meu poder cognitivo?" Ou: "Em que direção a minha escolha de categorização, avaliação, retransmissão e gravação das informações vão mudar a realidade do sentido da esfera pública?»

Transparência simétrica

Se quisermos pensar os efeitos especificamente políticos da esfera pública condicionada pela mídia digital, temos necessariamente de abordar o tema das relações de poder. Quais partidos, quais potências serão (ou já estão), sendo favorecidos pelo novo ambiente? São, eu creio, os partidos e as potências que melhor saberão utilizar as armas inerentes à mídia digital, a saber: transparência, inteligência coletiva e sedução multimídia.

Quanto à transparência devo logo dizer que qualquer informação que está na mídia digital pertence, potencialmente, à esfera pública. O secreto se mantém com dificuldade na Rede. Nossa vida online será cada vez mais acessível aos poderes políticos ou econômicos. Ao invés de endurecer contra esta tendência, eu acho que nós precisamos montar nela e exigir em troca transparência dos grandes atores políticos ou econômicos. É esta reivindicação de transparência recíproca entre os participantes da comunicação pública que é mais suscetível de conduzir a uma transformação duradoura do equilíbrio de forças entre os pequenos e grandes atores: uma transformação favorável a um transcrescimento da democracia.

Tudo leva à transparência: as novas possibilidades técnicas de comunicação, as opiniões públicas que aguentam cada vez menos a opacidade e a censura, as evoluções técnicas em direção aos softwares de fontes livres ou às evoluções científicas rumo às publicações e aos dados abertos.

Tudo isto anuncia uma tendência de fundo civilizacional. Como resultado, os poderes políticos que se mantêm pela censura, seja para limitar a liberdade de expressão, a liberdade de ouvir ou a liberdade de associação, estão, mais cedo ou mais tarde, condenados. Para evitar qualquer mal-entendido, eu não falo aqui de segurança de informática (roubo e proteção de números de cartão de crédito dos internautas, por exemplo) nem de estratégia militar do tipo ciberguerra (ataque ou defesa de sistemas operacionais de informação), mas de uma estratégia política de conquista e fidelização da opinião pública.

Cavalgar em cima do veículo da transparência envolve duas sub-estratégias, uma ofensiva e a outra defensiva. Pelo lado da defesa, trata-se de tomar a iniciativa e tornar público e acessível o maior número de informações sobre os seus próprios objetivos e funcionamento interno. Essa estratégia tem como primeira consequência evitar entrar em uma situação de sofrer qualquer "revelação" por um poder adverso. A segunda consequência, e mais importante, é a criação de uma relação de confiança entre o poder político e seus componentes. Do lado do ataque, a estratégia multifacetada é (1) tornar o adversário transparente, exatamente onde ele mais quer permanecer na opacidade, isto é, revelar informações sensíveis sobre ele, (2) esquivar-se da censura dos poderes opacos, (3) distribuir os meios para burlar a censura e tornar o oponente transparente.

Esta estratégia de transparência vale também para as micro-batalhas onde a confiança da opinião está em jogo, no que diz respeito a posts ou artigos online. O leitor ou ouvinte quer saber quem paga o escritor e quais são as suas filiações políticas. Quais são suas fontes? Quais são suas conexões? Cada vez menos pessoas acreditam na suposta "objetividade" ou "neutralidade" de textos, imagens ou pontos de vista. Sabemos que todo discurso é construído, que resulta de uma seleção e de uma formatação específica de dados, que obedece a uma agenda determinada, opera num ponto de vista singular, que se adapta mais ou menos sutilmente a certos padrões. Portanto, como podemos exigir de um autor de uma notícia ou opinião, uma objetividade ideal e sempre contestável? É por isso que a confiança e, portanto, a força da nova esfera pública, não se baseia mais em uma pretensão de objetividade, mas em uma demonstração de transparência.

Da opinião pública à inteligência coletiva

Uma vez que a confiança pública é criada e mantida por uma estratégia de transparência, trata-se de transformar a comunicação pública em processo de inteligência coletiva e, portanto, a opinião em conhecimento. A diferença entre opinião e conhecimento não é devida ao conteúdo destes (mais ou menos "verdadeiro" ou "objetivo"), mas ao processo de construção. Conhecimento cruza fontes diferentes ou contraditórias, trabalha a contextualização histórica, geográfica e cultural dos acontecimentos, explicita seus pressupostos, critica seu próprio processo de coleta ou interpretação de dados e está envolvida em uma empreitada de aprendizado de longo prazo. Os blogs, wikis, mídias sociais e ferramentas de busca de hoje devem ser visto como a infância dos equipamentos de inteligência coletiva das conversas criativas do futuro.

Os poderes políticos estão cada vez mais dependentes das complexas dinâmicas de colaboração e pensamento coletivo que emergem da esfera pública. As batalhas pela opinião pública também serão disputadas, portanto, em áreas que até agora pareciam depender de disciplinas técnicas ou acadêmicas especializadas, ao invés da comunicação política num amplo sentido. Num plano técnico, a comunicação política será levada a aperfeiçoar seus métodos de categorização, filtragem, agregação e intercâmbio de dados online, utilizando entre outros, métodos automatizados

que explorem a inteligência coletiva das comunidades e das redes interpessoais. Num plano científico, a comunicação política vai empregar os métodos e resultados da computação humanista (digital humanities) e da gestão distribuída do conhecimento. No plano da construção das identidades subjetivas, a comunicação política deverá abrir seu caminho entre os vários estilos de conversa criativa que emergem e competem na mídia digital.

A força quer seja militar, econômica, política ou cultural é doravante baseada na qualidade dos processos de inteligência coletiva que a fundamentam. A este respeito, a condição primordial é obviamente humana: trata-se da alfabetização para a inteligência coletiva (veja acima) e das competências em gestão estigmérgica do conhecimento dos participantes da esfera pública. Mas tais qualidades humanas devem ser pensadas em conjunto com o desenvolvimento de tecnologias intelectuais e de modos de comunicação inéditos que saberão explorar melhor que outros, a disponibilidade de dados e o poder de cálculo que agora é ubíquo na mídia digital. O projeto do Hipercórtex baseado na metalinguagem IEML se situa exatamente nesta perspectiva.⁵⁰

A sedução multimídia

Novos tipos de retórica multimídia surgem no horizonte da nova esfera pública. Sabemos que um vídeo viral no YouTube, ou mesmo uma simples foto online, pode ter mais efeito do que muitos discursos elaborados. As dimensões emocionais e estéticas (indissociavelmente ligadas) das mensagens, bem como as projeções de identidade que a acompanham, muitas vezes contribuem mais para moldar as subjetividades políticas do que os argumentos racionais, tamanha a carência que temos em termos de formação para a inteligência coletiva. Antes da Segunda Guerra Mundial, a imprensa, o rádio e o cinema moldavam os ambientes estético-afetivos nacionais relativamente compartimentados. A "sociedade do espetáculo" da segunda parte do século XX, dominada principalmente pela televisão, pelas revistas, pelo cinema e pela indústria da música, começou a transnacionalizar a esfera pública e a multiplicar os canais. A esfera pública do século XXI, dominada pela mídia digital, é decididamente pluralista e transnacional. Além do vídeo, os seus poderes de sedução estética e afetiva dependem ainda de fatores pouco estudados: as interfaces de hardware e software de objetos de comunicação (veja os sucessos comerciais da Apple), interfaces de navegação e comunicação na mídia digital (motores de busca, navegadores, ambientes das mídias sociais, "apps", etc.) e finalmente os jogos online massivos para múltiplos jogadores. Para fixar as idéias, deixe-me lembrar que há agora 12 milhões de jogadores ativos no jogo "World of Warcraft". Pode-se imaginar que uma das principais tendências de evolução da esfera pública está nas mãos de artistas, designers e especialistas de visualização. Mesmo hoje, o "jornalismo de dados" trabalha para representar visualmente de maneira simples e marcante a complexidade interna de grandes quantidades de informações brutas. O poder da transparência e da inteligência coletiva não poderá se fazer sem imagem, música, texto, nem mesmo sem uma arquitetura abstrata da informação feita para tornar sensíveis as interações cognitivas complexas onde os cidadãos do futuro terão de aprender a navegar.

O novo dilema teológico-político

Quero terminar evocando uma problemática relacionada ao caráter "virtual" da nova esfera pública. Sabemos que um poderoso movimento de

50- Ver meu recente livro: A esfera semântica, tomo 1. Computação, cognição e economia da informação, Hermès-Lavoisier, Paris, 2011. Em inglês: The Semantic Sphere volume 1, ISTE-Wiley, 2011

opinião tende a considerar o conjunto das informações disponíveis on-line como um "bem comum" (commons), como os oceanos ou a atmosfera. Devemos distinguir esse tipo de bem comum de uma propriedade do estado: trataria-se mais de um patrimônio coletivo da humanidade, que nem indivíduos, nem empresas privadas, nem mesmo governos (mesmo que sejam transnacionais) podem se apropriar de modo exclusivo. À primeira vista, o crescimento da inteligência coletiva, e, portanto, do desenvolvimento humano, apenas pode beneficiar-se da extensão do status de bem comum para o maior número possível de dados digitais. Mesmo que uma parte de suas fontes esteja no meio virtual, o crescimento da inteligência coletiva reflete sobre a prosperidade e o poder atual das comunidades políticas e instituições econômicas inscritas na realidade espaço-temporal, material e territorial. Simetricamente, a alimentação do bem comum informacional online depende claramente da prosperidade das comunidades, das redes de produção e intercâmbio atuais, concretos. Percebe-se, portanto, uma tensão ao mesmo tempo criadora e conflituosa entre dois pólos: do lado virtual, um regime de bem comum, uma espécie de comunismo cognitivo ou informacional e, do lado real, um regime de apropriação pessoal, empresarial e governamental, um capitalismo corporal ou material. Como conciliar o Hipercórtex da humanidade que se anuncia no horizonte com a particularização e a privatização (qualquer que seja o nível que possamos considerar essa privatização) dos direitos e dos poderes que caracterizarão sem dúvidas, durante muito tempo - e certamente com toda a razão - a maior parte da existência material? Estes são, em minha opinião, os fundamentos do novo problema teológico-político, um problema que pode ser capaz de polarizar de forma durável os conflitos políticos nos séculos futuros. Não se trata, aqui, de abordar esta questão em profundidade, mas apenas de apontar e indicar algumas das respostas que poderiam ser dadas.

Creio que devemos desconfiar da pureza absoluta, tanto sob a forma de um comunismo imaculado das mentes como de um capitalismo perfeito dos corpos. Um pan-comunismo (proibição de propriedade) ou um pan-capitalismo (propriedade exclusiva até mesmo na esfera espiritual) não parece sustentável. E eu nem ousa imaginar a utopia negativa absoluta que representaria um comunismo dos corpos combinado com um capitalismo espiritual!

Indico finalmente uma solução que me parece mais favorável ao desenvolvimento humano harmonioso. O capitalismo corporal e o jogo legítimo da apropriação material deveriam ser humanizados por um pouco de apoio ou solidariedade real "gratuita", assim como pelo reconhecimento de uma zona reservada ou de um patrimônio comum da biosfera física. Simetricamente, acredito que seria do interesse de todos abraçarmos a perspectiva de um comunismo do conhecimento, mesmo que tenhamos que temperá-lo com uma porção de capitalismo cognitivo que nos permitiria traçar e reconhecer a genealogia das contribuições e, assim, darmos os créditos aos criadores. O Hipercórtex se tornaria, então, o berço de uma economia geral do valor simbólico da qual todas as comunidades poderiam se alimentar.